

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

TARCILA CAMARGO GUIMARÃES DE ANDRADE

**APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO: O MODELO DO
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS- SC**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

TARCILA CAMARGO GUIMARÃES DE ANDRADE

**APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO: O MODELO DO
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS- SC**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal” - Orientador: Prof. Eduardo Bernardes de Castro

CURITIBA - PR

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



"APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO COM OS ÍNDICES EDUCACIONAIS: O MODELO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS- SC"

por

TARCILA CAMARGO GUIMARAES DE ANDRADE

Esta monografia foi apresentada às 15:00 do 12 de novembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Treze Tílias - SC, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Hilda Alberton de Carvalho

Isaura Alberton de Lima

Eduardo Bernardes de Castro

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/07613615>

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Vânia e João Gilberto, que são professores dedicados e que sempre me ensinaram o valor da educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar todo o aprendizado que adquiri com este trabalho.

Agradeço ao meu esposo Evaldo, pelo apoio e companheirismo ao longo dessa trajetória.

Agradeço aos meus filhos Maria Clara, Miguel e Davi pela compreensão nos momentos em que me ausentei para me dedicar aos meus estudos.

Agradeço ao professor Eduardo Bernardes de Castro por ter me orientado neste trabalho com todo o suporte necessário para a conclusão dessa etapa.

Agradeço aos professores e tutores do curso por tantos ensinamentos.

Agradeço aos colegas pelas trocas de experiências.

Agradeço aos colaboradores do polo presencial UTFPR em Treze Tílias-SC.

RESUMO

Para atingir níveis satisfatórios de qualidade da educação na esfera pública se faz necessário uma gestão comprometida e o uso adequado dos recursos destinados à educação. Nessa óptica, o presente estudo buscou compreender como o município de Treze Tílias no estado de Santa Catarina desenvolve a gestão da educação básica e consegue entregar à população um ensino com bons índices somado a uma estrutura satisfatória. Para tal análise, pesquisamos a respeito da estrutura e competências educacionais legais, os recursos públicos destinados à educação básica e sobre o orçamento público municipal: caracterização e sua relação com a educação. Utilizando-se de uma abordagem quali-quantitativa, este estudo de caso realizou pesquisa documental e analisou o cenário educacional do município em correlação com o planejamento orçamentário, traçando um paralelo com dois municípios (Água Doce e Catanduvas) de perfil populacional e orçamentários semelhantes da mesma região. A análise permitiu concluir que o grande diferencial do município de Treze Tílias em termos do cenário educacional de destaque, pode ser justificado muito mais pela boa gestão dos recursos públicos do que pela quantidade dos recursos.

Palavras-chave: Educação pública. Recursos educacionais. Indicadores educacionais. Treze Tílias.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cenário educacional de Treze Tílias	26
Tabela 2 - Liberações FNDE 2017 para Treze Tílias	29
Tabela 3 - Liberações FNDE 2018 para Treze Tílias	29
Tabela 4 - Gastos diretos por projetos 2017- Treze Tílias	30
Tabela 5 - Gastos diretos por projetos 2018- Treze Tílias	31
Tabela 6 - Cenário educacional de Água Doce.....	32
Tabela 7 - Cenário educacional de Catanduvas.....	32
Tabela 8 - Receitas estimadas de Água Doce e Catanduvas para 2017 e 2018.....	35
Tabela 9 - Liberações FNDE 2017 para Água Doce.....	36
Tabela 10 - Liberações FNDE 2017 para Catanduvas.....	37

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distorção idade-série em 2017	26
Figura 2 - Distorção idade-série em 2018	26
Figura 3 - Ranking IDEB Anos Iniciais - Treze Tílias	27
Figura 4 - Ranking IDEB Anos Finais - Treze Tílias	27
Figura 5 - Ranking IDEB Anos Iniciais - Água Doce	34
Figura 6 - Ranking IDEB Anos Finais - Água Doce	34
Figura 7 - Ranking IDEB Anos Iniciais - Catanduvas.....	35
Figura 8 - Ranking IDEB Anos Finais - Catanduvas.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação

Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PDDE - Programa Dinheiro Direto da Escola

PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNE - Plano Nacional da Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPA - Plano Plurianual

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Educação Pública: estrutura e competências	14
2.2	Recursos Públicos em Educação Básica Municipal	15
2.3	Orçamento Público Municipal	18
2.3.1	Definições Básicas	19
2.3.2	Orçamento Público e Educação	20
3	METODOLOGIA	23
3.1	Caracterização da pesquisa	23
3.2	Procedimentos da pesquisa	24
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	25
4.1	Cenário educacional no município de Treze Tílias	25
4.2	Aplicação de recursos em educação no município de Treze Tílias	28
4.3	Cenário educacional e aplicação de recursos em Catanduva e Água Doce	31
4.4	Análise comparativa entre os cenários educacionais	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICES	45
	ANEXOS	45

1 INTRODUÇÃO

Um dos grandes questionamentos no Brasil hoje sobre o uso dos recursos públicos é a falta de aplicação correta em áreas fundamentais para a construção de uma sociedade saudável, como educação, saúde e segurança.

No campo educacional, significativa parte dos recursos públicos que são destinados aos municípios possuem a mesma origem: o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação (FNDE), o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o Programa Dinheiro Direto da Escola (PDDE) e os recursos públicos próprios de cada município. (MEC, 2020)

Esta origem, em especial do FNDE e do PDDE, é baseada em dados que tornam esta distribuição de recursos sob premissa de equidade. Contudo, a construção do orçamento e a aplicação destes recursos em cada município, mesmo com origens equitativas, acabam implicando diferenças entre eles no que concerne a resultados e cenários educacionais. São diferenças que alcançam indicadores educacionais, infraestruturas educacionais, recursos disponibilizados aos estudantes e outras. Estas diferenças erguem cenários educacionais com realidades de precarização do sistema educacional municipal e cenários de boas práticas e realidades.

Trazendo esta contextualização para o âmbito do estado de Santa Catarina (SC), é possível afirmar que, sob uma leitura baseada na percepção comum, este cenário se reproduz, ou seja, que diferenças educacionais entre os municípios se materializam mesmo sob normalizadas fontes de recursos.

No município de Treze Tílias mais especificamente, *locus* principal deste estudo, uma primeira leitura baseada nesta percepção comum aponta para uma realidade de boas práticas: a prefeitura fornece a seus cidadãos uma boa estrutura educacional, que inclui transporte escolar, uniformes e materiais escolares com cadernos, lápis, borracha e outros utensílios de uso pessoal dos alunos. Além disso, não há relatos de falta de aula por ausência de professores, que entram por concurso público efetivo ou temporário, e as várias salas de aula na escola municipal contam com ar condicionado e uma estrutura simples, porém bastante adequada. Complementa-se, de forma bastante importante, o fato de que o município alcançou, em 2017, o 12º maior índice do Ideb¹ para o ensino fundamental anos iniciais, em contraste com outros municípios da mesma microrregião geográfica. (IBGE, 2020)

¹ IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, para mensurar a qualidade do aprendizado na educação básica brasileira e auxiliar a melhoria desse ensino.

Sob esta mesma percepção inicial, observa-se um cenário onde há planejamento, considerável destinação dos recursos públicos e adequada disponibilização da infraestrutura, diferente de muitas percepções sobre outros contextos educacionais municipais no Brasil.

Pautado nesta perspectiva de que existem cenários municipais educacionais diferentes, fontes de recursos equitativas, construção e aplicação orçamentária que se sujeitam à gestão municipal, e, sob a percepção inicial comum de que o município de Treze Tílias exibe um cenário educacional positivo e dado concreto de ótimos indicadores do Ideb, trazemos a seguinte questão problema como foco de estudo deste trabalho: qual é o cenário de definição e aplicação de recursos públicos em educação no município de Treze Tílias/SC para o recorte histórico de 2017 a 2018 e o mesmo se diferencia de municípios com menores indicadores educacionais?

A motivação deste estudo surgiu ao se conhecer na prática as escolas do município de Treze Tílias/SC e o que o município fornece aos seus alunos todos os anos. Evidencia-se um contraste desta realidade com outras experimentadas anteriormente em escolas públicas de outros municípios e até mesmo escolas particulares, implicando em inquietação sobre melhor conhecer a realidade municipal nesta área.

Além desta perspectiva, a utilização adequada de recursos públicos é tema polêmico no Brasil nos últimos anos, assunto este que tem gerado crises políticas e econômicas. A educação é um dos temas que mais se cobra em termos de prioridade na atuação dos governos e investimentos públicos, pois é através de uma educação de qualidade que se faz uma sociedade saudável, com maior diálogo e menos violência, entre muitas outras consequências positivas.

Pode-se dizer que a escola, como outras instituições sociais, muito pode fazer para incentivar a compreensão dos valores humanos, livres de qualquer moralismo, capazes de fornecer razões para não optar pelo uso da violência, no intuito de viver uma sociabilidade humana. (PINO, 2007)

Assim, foi identificada uma oportunidade de entender como o município administra os recursos e organiza esses processos, para que a partir desse modelo as comunidades de outros municípios possam cobrar do poder público e a própria comunidade local possa erguer uma leitura sobre a administração de recursos públicos municipais em educação.

Sobre este último aspecto citado, cabe destacar que não foi encontrado nenhum trabalho acadêmico em repositórios como Scielo ou das Instituições Federais como da UTFPR ou UFSC descrevendo esse cenário especificamente para o município *locus* da pesquisa, o que o torna significativo sob o ponto de vista acadêmico.

Para responder à questão problema definida neste estudo, o presente trabalho tem como objetivo geral descrever e comparar o cenário educacional de definição e aplicação de recursos públicos do município de Treze Tílias/SC para o recorte histórico definido.

Para tal, os seguintes objetivos específicos foram traçados:

- Caracterizar o cenário educacional de Treze Tílias (SC);
- Caracterizar a forma como o município de Treze Tílias (SC) executou o orçamento para as despesas com educação;
- Caracterizar a aplicação de recursos em educação e os índices educacionais dos municípios de Água Doce (SC) e Catanduva (SC) sobre aspectos aplicáveis a um processo comparativo;
- Analisar comparativamente a aplicação dos recursos em educação e os índices educacionais do município estudado com os dois municípios citados.

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto aos seus objetivos, como uma pesquisa descritiva, que, segundo Villardi (2019), é aquela que observa, registra e analisa as informações. Os procedimentos para a coleta de dados para análise são pautados fundamentalmente em observação e pesquisa documental, baseado nas informações públicas disponibilizadas pela gestão pública municipal no que se refere aos registros orçamentários e resultados educacionais divulgados pelos órgãos competentes. Trata-se de um estudo de caso eleito por apresentar aparentes resultados positivos no campo educacional.

Para além do estudo do cenário *locus* da pesquisa, o município de Treze Tílias (SC), será estabelecida uma comparação de indicadores relativos à gestão educacional municipal com indicadores de dois outros municípios da mesma região geopolítica municipal. Esta comparação objetiva ampliar o alcance do estudo proposto.

Neste sentido, escolheu-se a região atendida pela Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense (AMMOC), da qual o município Treze Tílias (SC) faz parte, como espaço geopolítico para esta comparação. Dentre os 12 municípios atendidos pela referida associação, os dois escolhidos para comparação foram os municípios de Água Doce e Catanduvás por ambos apresentarem similaridade orçamentária e populacional no período estudado.

A análise de todo o cenário e o estudo comparativo será baseada em uma abordagem “quanti-quali”, onde os dados quantitativos erguem-se sobre orçamentos, investimentos e comparação dos indicadores educacionais do caso estudado e dos municípios comparados.

Para a construção do trabalho final, este foi organizado da forma descrita a seguir. Inicialmente apresenta-se um capítulo de introdução, com apresentação do fenômeno de pesquisa, delimitação da questão-problemas, exposição da justificativa, objetivos e síntese da metodologia adotada.

No segundo capítulo são apresentadas fundamentações teóricas sobre conceitos e termos a serem utilizados na construção da análise do cenário estudado. No terceiro capítulo estão apresentados os elementos da metodologia de trabalho, procurando descrever principalmente a forma como o trabalho foi realizado. O quarto capítulo expõe a análise do caso em si. Este capítulo está segmentado em quatro subtítulos: o primeiro que caracteriza o cenário educacional do município de Treze Tílias, o segundo apresenta a aplicação de recursos no município de Treze Tílias, o terceiro subtítulo que caracteriza aspectos de cenário educacional e aplicação de recursos dos municípios escolhidos para comparação, centrando em alguns pontos escolhidos para esta análise comparativa; e o quarto que efetua a análise comparativa entre os municípios eleitos.

Para finalizar, no último capítulo são apresentadas as conclusões e considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os principais conceitos e abordagens teóricas sobre a constituição de responsabilidades educacionais formais, recursos educacionais e sobre a importância da boa gestão pública orçamentária para o alcance dos objetivos educacionais municipais.

2.1 Educação Pública: estrutura e competências

Consoante a Constituição Federal do Brasil, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Sendo a Constituição Federal, o ordenamento jurídico máximo de um país, evidencia-se que a educação tem assegurado seu lugar de destaque no compromisso do Estado brasileiro. Em continuidade, o artigo 206 da “Carta Magna” cita os seguintes princípios da educação brasileira: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 1988).

Além do exposto na Constituição Federal, outras leis federais (como a Lei 9.394 de 1996, mais conhecida como LDB) tratam a educação pública como uma das prioridades do Estado brasileiro e garantem que esse direcionamento não seja volátil diante das mudanças que podem ocorrer nas trocas de governantes.

Para organizar o atendimento dessas demandas, determinou-se na Constituição Federal uma divisão de competências entre União, Estados e Municípios: aos municípios competem prioritariamente atuar no ensino fundamental e na educação infantil; e aos estados e DF competem o ensino fundamental com prioridade o ensino médio. (BRASIL, 1988)

Pela lógica de divisão de competências, atribui-se à União a competência residual de atuar prioritariamente no ensino superior (área estratégica para o desenvolvimento econômico de qualquer país). Para Goldemberg (1993), certamente seria inviável a centralização excessiva que responsabilizasse a união pelo ensino fundamental, devido ao próprio tamanho do Brasil e suas heterogeneidades social e cultural.

A Lei Federal nº 9.394 de 1996 conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), dispõe: “Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica” (BRASIL, 1996). Essa autonomia fornecida aos municípios em sua organização permite as adequações necessárias à

realidade de cada cidade, considerando as peculiaridades locais, formando as secretarias de educação com foco local e proximidade de atuação.

Ressalta-se que essa discricionariedade descrita na LDB em relação a atuação dos municípios em junção com o sistema estadual deve também estar alinhado ao Plano Nacional de Educação que estiver em vigor, orientando-se por suas diretrizes e buscando cumprir as metas estipuladas.

Cabe aqui ressaltar a importância do PNE, que tem vigência de dez anos e traz o direcionamento dos princípios e metas, bem como dos planejamentos orçamentários. O PNE determina que as 20 metas da educação devem ter seu cumprimento monitoradas pelos municípios, estados, Distrito Federal e união.

No entanto, não basta elaborar metas para educação, é preciso mensurar se a educação pública fornecida à população atinge níveis satisfatórios de desempenho. Por isso, o Estado brasileiro regulamentou a avaliação educacional no artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (BRASIL,1996).

O órgão responsável por essa mensuração dos índices educacionais, e também pelo Censo escolar, é o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

Dentre os indicadores de mensuração do desempenho dos estudantes brasileiros, podemos destacar três indicadores que avaliam fases distintas da educação:

- IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica): índice calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar e das médias de desempenho em avaliação externa dos alunos da educação básica;
- ENEM (Exame Nacional no Ensino Médio): avalia o desempenho escolar ao final da educação básica e é utilizado como instrumento de acesso ao ensino superior para os estudantes;
- ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes): avalia o rendimento dos estudantes que concluem os cursos de graduação.

De acordo com Castro (2009), como os resultados da educação não são diretamente observáveis muito menos imediatos, só é possível obter um panorama do desempenho dos sistemas educacionais mediante avaliação externa em larga escala.

2.2 Recursos Públicos em Educação Básica Municipal

A emenda constitucional nº 59/2009 incrementou o artigo 208 da Constituição Federal e a sedimentação do compromisso do Estado brasileiro com a educação pública, afirmando que o Estado deve garantir ao educando, em todas as etapas da educação básica, material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, por meio de programas suplementares (BRASIL, 1988).

Atendendo a essas demandas, o Ministério da Educação criou estratégias e programas para conseguir atender adequadamente esse conjunto de necessidades que se relacionam com a educação.

O órgão responsável pela execução de boa parte das ações do Ministério da Educação é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Essa autarquia federal tem a missão de colocar todos os programas de educação básica e alguns do ensino superior em prática, pois tem como finalidade captar e destinar os recursos financeiros.

Os recursos do FNDE vêm principalmente de recursos de impostos, das loterias e do salário-educação, um tributo de 2,5 % descontado da folha de pagamento das empresas. Já os repasses podem ser feitos através de transferência direta, voluntária ou ainda a própria execução direta, através do envio de produtos como o livro didático. O FNDE ainda presta um auxílio aos gestores educacionais disponibilizando informações importantes para aquisição de mobília, materiais escolares e uniformes com qualidade atestada pelo Inmetro e preços mais baratos que o do mercado, na página “registro de preços”. (MEC, 2020)

O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação) surgiu por força do artigo 212 da Constituição Federal, em que vincula recursos provenientes de impostos federais (não menos que 18%), estaduais e municipais (ambos, não menos que 25%), à educação. Além desses recursos, o Fundeb conta ainda com uma complementação de recursos federais sempre que no âmbito de cada estado o valor por aluno não alcançar o mínimo fixado nacionalmente no ano anterior (MEC, 2020).

De acordo com Cruz (2012), esses recursos não são suficientes na maioria dos municípios e as políticas federais de financiamento da educação básica são importantes para equilibrar as disparidades socioeconômicas que existem no Brasil e que conseqüentemente resultam em desigualdade na capacidade tributária entre dos entes federados.

O Fundeb é constituído de 27 fundos, um de natureza contábil e mais 26, uma para cada estado e o Distrito Federal. Esse Fundo se destina aos municípios, estados e Distrito Federal que

oferecem educação básica. Os recursos são distribuídos considerando as matrículas nas escolas públicas e conveniadas com base o último censo escolar realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). (MEC, 2020)

Existe um conjunto de programas administrados pelo Fundeb atualmente e que contribuem para o desenvolvimento da educação básica, descritos na sequência.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi criado em 1995 e tem por finalidade prestar assistência financeira suplementar às escolas para contribuir com a estrutura física e pedagógica e contribuir para melhor desempenho escolar. Esses repasses se dão em duas parcelas anuais: a primeira até 30 de abril e a segunda até 30 de setembro. Esse programa se divide em 3 tipos de contas: o PDDE Integral, que abrange a estrutura física e pedagógica, o PDDE Estrutura, que como o nome sugere se destina à estrutura física e o PDDE Qualidade voltado às melhorias de recursos para investimentos pedagógicos. (MEC, 2020)

O PDDE é um programa destinado às escolas públicas de educação básica nas esferas municipais, estaduais e do Distrito Federal, assim como às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social como beneficentes, ou outras similares de atendimento ao público de forma direta e gratuita e aos polos presenciais da Universidade Aberta do Brasil (UAB). (MEC, 2020)

A assistência financeira, assim como no Fundeb, é concedida sem nenhum tipo de convênio, acordo ou contrato, bastando apenas que as instituições de ensino cumpram os requisitos exigidos, como por exemplo, estar inscrita no Censo Escolar do ano anterior, e a lista de alunos dos polos UAB informada ao FNDE. O PDDE é creditado para as contas de Associações de Pais e Professores de cada instituição escolar. (MEC,2020)

O MEC (2020) enfatiza que para atender as necessidades de transporte escolar na educação básica existem 2 programas: o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, que atua na manutenção dos custos com transporte escolar de alunos residentes em áreas rurais; e o Programa Caminho da Escola, que objetiva renovar, ampliar e padronizar a frota de veículos escolares, voltado prioritariamente a alunos de áreas rurais e ribeirinhas.

Segundo o MEC (2020), o PNATE serve para pagamentos de custos com manutenção, seguros, impostos, serviços de mecânica, entre outros. Sendo que os municípios e estados, juntamente com o DF recebem os valores por transferências automáticas, em dez parcelas anuais. O recurso é mensurado através do resultado do Censo escolar do ano anterior e necessita de convênio.

Já os veículos do Programa Caminho da Escola podem ser acessados pelos municípios por três formas: assistência financeira do FNDE, conforme disponibilidade orçamentária na Lei Orçamentária Anual, recursos próprios e linha de crédito do BNDES (exceto para bicicleta). Os veículos oferecidos pelo programa incluem ônibus, lanchas e bicicletas, todos fabricados especialmente para o tráfego nessas regiões (MEC, 2020).

O MEC (2020) afirma que Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) tem por objetivo fomentar a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias para alunos e professores da educação básica. A participação é condicionada à solicitação, sendo necessário que a escola encaminhe Termo de Adesão manifestando interesse e se comprometendo com as ações do programa. As escolas participantes recebem os materiais gratuitamente, de modo regular e sistemático.

Destinado a oferecer alimentação escolar e ações de educação nutricional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, atende as escolas municipais e filantrópicas sem fins lucrativos da educação básica cadastradas no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC, 2020).

O PNAE se destina aos alunos de toda a educação básica, desde educação infantil, passando pelo ensino fundamental e médio, até educação de jovens e adultos. Por isso, o valor a ser repassado é calculado para 200 dias letivos, conforme o número de alunos matriculados. Para cada etapa da educação é calculado um valor diferente por aluno e considerado o período de estudo, se parcial ou integral (MEC, 2020)

2.3 Orçamento Público Municipal

“O orçamento público é a mais importante carta de intenções do governo” (LOPES et. al., 2007). A base de uma administração adequada se faz com o correto planejamento da alocação de recursos. Em se tratando da atuação do Estado, a elaboração do orçamento é determinante para a execução das políticas públicas.

O orçamento público tem crítica importância para ampliar a conscientização e o exercício da cidadania em relação às diferentes faces do problema fiscal no País, envolvendo não somente a tributação e o gasto público, mas também a descentralização das atribuições governamentais e os desequilíbrios federativos. Nessa perspectiva, o orçamento poderá desempenhar um papel da maior relevância para propiciar as necessárias mudanças associadas com a diminuição do peso excessivo dos impostos, para ampliar a eficiência, eficácia e efetividade do Estado, favorecendo maior transparência (CUNHA, 2019, p.13).

Diferentemente da esfera privada que pode fazer modificações a qualquer tempo e alterar aplicações de recursos ao longo da execução do planejamento, na esfera pública, existe um rígido controle para que o chefe do executivo possa cumprir com a programação feita no orçamento pré-determinado e mesmo as alterações devem ser minimamente estimadas.

Para Cunha (2019), o orçamento aprovado em lei serve de orientação confiável às decisões e ações dos agentes públicos e privados.

O orçamento é uma maneira de informar com antecedência as despesas que o ente público deve executar em um exercício financeiro (um ano) sendo um instrumento de gestão que determina as políticas públicas (SIQUEIRA et. al. s.d.).

2.3.1 Definições Básicas

À luz do ordenamento jurídico brasileiro, observa-se o quanto o orçamento público representa em termos de intenções e compromissos perante a sociedade, afinal, todo o planejamento orçamentário tramita através de leis emitidas pelo poder executivo.

O Orçamento Público brasileiro compreende a elaboração e execução de três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que em conjunto materializam o planejamento e a execução das políticas públicas. Esses instrumentos formam a consolidação das propostas de governo do representante eleito para o poder executivo, por isso são leis de iniciativa do chefe do poder executivo que ainda passam pela aprovação do legislativo. Isso acontece em todas as esferas do governo no país: federal, estadual e municipal (CREPALDI, 2009).

O Plano Plurianual é a base para os demais planejamentos e, apesar de ter vigência de 4 anos não se confunde com o mandato do chefe do poder executivo, dessa forma, na esfera municipal, o prefeito trabalha um ano com o planejamento realizado pelo governante anterior e só então elabora o seu próprio PPA. Ele estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas para o planejamento orçamentário que será elaborado na LDO e na LOA.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem vigência anual e deve seguir os caminhos já traçados pelo PPA, sendo assim, ela estabelece as metas e prioridades para a destinação dos recursos públicos. É uma lei de transição entre o PPA e a LOA.

É na LOA que se encontra efetivamente a previsão de receitas e a fixação de despesas para o ano consecutivo. Essa lei tem vigência anual, deve seguir as diretrizes do PPA e da LDO, e conter os valores especificados dos gastos do ente federativo.

Na LOA pode-se abrir margem para créditos adicionais, que são uma espécie de alteração no orçamento já durante sua vigência. A descrição das origens e destinações dos recursos são detalhadas, ou seja, descrevem não apenas a área de investimento, como “educação”, mas, exatamente em que especificação (dotação) o recurso é obtido ou gasto.

Todo esse planejamento é passível de ajustes dentro de determinados limites, afinal, muitos imprevistos podem ocorrer e alterar a conjuntura previamente organizada.

Assim, o chamado ciclo orçamentário compreende a elaboração do PPA, da LDO e da LOA, a aprovação dessas leis, a execução propriamente dita do orçamento planejado e a avaliação dos gastos. Sobre o ciclo orçamentário, Crepaldi (2009, p. 18) afirma:

É um processo contínuo, dinâmico e flexível, que traduz, em termos financeiros, para determinado período, os planos e programas de trabalho, ajustando o ritmo de execução ao fluxo de recursos previstos, de modo a assegurar a contínua e oportuna liberação desses recursos.

Assim, o processo orçamentário tem suas bases de intenções de planejamento de governo, mas é dinâmico durante todo o ciclo, se adaptando às mudanças da realidade e das necessidades que surgem na sociedade.

2.3.2 Orçamento Público e Educação

Ao realizar o orçamento público municipal, o chefe de estado faz escolhas em relação às prioridades e pode determinar se a educação tem lugar de destaque na destinação dos recursos daquele município ou apenas cumpre as determinações legais de direcionamento de recursos.

As resistências a esse investimento podem surgir por vários motivos, como por exemplo, por não se ter uma pressão de grupos econômicos nesse sentido, como se tem por exemplo a pressão por investir em rodovias por parte das indústrias, para escoamento da produção, ou ainda, a pressão que é feita para se investir em praças e demais locais de lazer público que colaboram com o impulsionamento do turismo.

Dagnino (2014) afirma que os atores sociais (pessoa, grupo ou organização com força para influenciar o cenário político) são capazes de fazer pressão para alcançar seus objetivos, podendo acumular força, gerar e mudar estratégias.

Ao se perceber isso, podemos sugerir que as forças que levam a um investimento em educação são muito menos “persuasivas” em termos de reconhecimento ao gestor público, uma vez que os resultados dos investimentos em educação não são tão imediatos assim, pois investe-se anos na educação dos indivíduos antes que eles se tornem força de trabalho na sociedade.

“Contudo, não há dissenso quanto ao fato de que a melhoria dos indicadores educacionais seja condição essencial à promoção do desenvolvimento e à redução das desigualdades sociais no Brasil.” (SANTOS, 2014, p. 72).

Coelho et al (2014) ainda acrescenta que a promoção da equidade e da inclusão social se baseia no princípio de que a distribuição desigual das oportunidades educacionais são um verdadeiro entrave para o desenvolvimento e construção de uma sociedade mais justa.

Não basta apenas aumentar os recursos a serem disponibilizados à educação, é fundamental identificar quais investimentos são diferenciais e realmente necessários. Diaz (2012) pontua que maiores gastos não necessariamente são acompanhados pela melhoria da qualidade do ensino público municipal.

No entanto, é imprescindível que os alunos não estejam com fome e desconfortáveis, em salas de aula superlotadas e sem higiene, por exemplo, para que consigam ter condições cognitivas de aprendizado. Também é fundamental que os estudantes possam contar com material escolar à disposição para pesquisas e para sedimentar seus conhecimentos. E não menos importante é o fator do transporte público para se deslocar à escola, isso evita a abstenção e evasão escolar.

Entre os fatores que podem promover a melhoria da qualidade destacamos a existência de espaços físicos adequados para a prática do ensino de qualidade; a construção de espaços próprios para bibliotecas e informatização por meio do uso de computadores em sala de aula; a existência de currículos bem definidos e adequados às necessidades de cada região; a presença de profissionais qualificados e comprometidos com a escola; maior eficácia no gerenciamento das escolas e o envolvimento da sociedade; o estabelecimento de critérios de avaliação. A garantia e a estabilidade do financiamento são fundamentais para viabilizar essas ações (COELHO et. al. 2014, p. 27).

Ainda segundo Coelho et al (2014), um sistema de ensino que pretenda oferecer uma educação de qualidade deve preencher os seguintes requisitos: ter garantia de financiamento, profissionais motivados e qualificados, dispor de estrutura física adequada, entre outros.

Nesse sentido ao se fazer um planejamento orçamentário, da educação, por exemplo, é importante considerar todos os fatores que envolvem essa educação, como folha funcional, estrutura física, material didático, projetos complementares, alimentação e transporte.

Ao se fornecer toda essa gama de sustentação ao sistema de ensino, o estado fornece a base para se construir um ensino adequado. É a partir dessa base, desse terreno, que será edificada a educação de qualidade que se sustenta dentro de padrões adequados de rendimento.

O rendimento escolar é entendido como o que se espera da escola. Assim todos os processos escolares devem estar orientados de modo a garantir bons resultados de desempenho a todos (GUSMÃO, 2010).

É certo, entretanto, que somente a análise do processo orçamentário não é suficiente para se concluir as prioridades e o desempenho das políticas públicas. Outros fatores precisam ser considerados, como por exemplo, os resultados obtidos. (LOPES et. al. 2007)

“Nesse cenário, o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um dos principais focos. As notas dos municípios e das escolas vêm ganhando cada vez mais espaço no cotidiano das Secretarias de Educação e na mídia.” (COELHO et Al, 2014 p. 135)

Tomando como ponto de partida essas informações, nos propomos a analisar os dados de recursos financeiros aplicados no sistema educacional do município de Treze Tílias-SC, relacionando comparativamente com os municípios de Catanduvas-SC e Água Doce-SC afim de comprovar as diferenças observadas entre esses municípios e compreender se nesse caso, existe relação entre os investimentos em educação e a qualidade de ensino mensurada nos índices apurados pelo INEP.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo estão expostos os elementos que se referem à metodologia do trabalho. No primeiro subtítulo fazemos uma caracterização da pesquisa quanto à sua tipologia e no segundo subtítulo apresentamos os procedimentos adotados, caminhos percorridos e escolhas realizadas para a construção dos objetivos traçados

3.1 Caracterização da Pesquisa

A pesquisa deste trabalho tem finalidade básica, ou seja, o intuito dessa coleta e análise de dados tem a intenção de avançar no conhecimento da ciência no campo da aplicação de recursos em educação e sua correlação com o cenário educativo como um todo. O intuito é que esta pesquisa possa ser utilizada futuramente em outros estudos acadêmicos sobre o tema e na comunidade como fonte de respaldo para transformações de realidades.

Para atingir o objetivo de pesquisa, utilizou-se o método de caso de estudo, onde foram utilizados procedimentos de pesquisa descritiva e retrospectiva, observando e registrando fenômenos bem como buscando informações por meio de registros de acontecimentos passados.

Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se em descritiva e retrospectiva, uma vez que busca descrever primeiramente os mais relevantes conceitos e informações acerca dos assuntos abordados, assim como, as principais informações registradas por órgãos de pesquisa e documentos relacionados aos cenários educacionais e aos orçamentos dos municípios envolvidos.

Villardí (2019) afirma que a pesquisa descritiva observa, registra e analisa os fenômenos enquanto a pesquisa retrospectiva estuda as informações obtidas de documentos e registros de eventos ocorridos no passado.

A abordagem escolhida para esta pesquisa é a análise combinada, ou também chamada quali-quantitativa, que mescla coleta de dados numéricos com uma descrição dos fenômenos observados, assim, se um panorama mais amplo do cenário educacional, contribuindo com a análise esperada.

A pesquisa quantitativa tem como finalidade medir relações entre as variáveis, preocupando-se com a medição objetiva e quantificação dos resultados. Já a pesquisa qualitativa preocupa-se em conhecer como determinado fenômeno se manifesta e tem o ambiente natural como fonte direta dos dados (ZANELLA, 2012).

3.2 Procedimentos da Pesquisa

O estudo de caso tem por objetivo uma pesquisa e análise aprofundada em um objeto. Nesta pesquisa buscou-se focar na utilização dos recursos financeiros do município de Treze Tílias e seu cenário educacional como um todo. Esse município foi selecionado por se perceber uma realidade de grande contraste ao que é observado normalmente no cenário de aplicação de recursos públicos em educação na grande maioria dos municípios brasileiros. Ressalta-se aqui uma percepção de que o município entrega aos seus cidadãos uma conjuntura de recursos completa para educação básica e apresenta números de destaque no IDEB dos últimos anos.

Para melhor análise dos dados foram escolhidos dois municípios da mesma microrregião, com indicativos populacionais semelhantes e valores de orçamentos próximos para realizar um paralelo com Treze Tílias, sendo eles Água Doce e Catanduvas.

Para uma compreensão mais abrangente foi utilizada uma abordagem quali-quantitativa para o levantamento de dados em relação às informações obtidas diretamente com as secretarias de educação e dados públicos de orçamentos para fins de comparação.

Explorou-se a realidade observada (fotos nos anexos deste trabalho), bem como foram feitas análises a partir dessa observação em campo e principalmente com base em pesquisa documental.

Desse modo, em relação aos procedimentos de coleta de dados, foi utilizada a observação *in locus* como ponto de partida, mas principalmente, a pesquisa documental. Segundo Zanella (2012), esse tipo de pesquisa utiliza fontes de dados secundários, ou seja, dados que já foram tabulados, ordenados e sistematizados.

Utilizou-se os documentos oficiais de previsão orçamentária (LOA) encontradas nos sites dos municípios de Treze Tílias e de Catanduvas (Água Doce disponibilizou o documento por e-mail, devido problemas no site).

E, para complementar a coleta de dados, foram realizadas entrevistas via telefone com as secretarias de educação dos municípios de Treze Tílias, Água Doce e Catanduvas, uma vez que algumas informações não foram encontradas com precisão nos sites oficiais.

Destaca-se também as receitas totais e a previsão de despesas com a área de educação, os resultados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como quantidade de alunos matriculados nos municípios, e pelo MEC, como os resultados do IDEB e as informações disponibilizadas pelo mesmo em sites oficiais e no portal da transparência.

Durante a coleta de dados, foram encontrados percalços em relação à disponibilização das informações nos sites municipais, devido às regras oficiais de divulgação de informações em período eleitoral, o que culminou em um atraso na finalização da pesquisa como um todo.

A pesquisa esteve focada nos anos de 2017 a 2018 para se concentrar nas últimas informações de pesquisa divulgadas pelo IBGE e pelo MEC quando da realização da coleta de dados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para um estudo mais apurado, a apresentação da pesquisa se deu com uma breve explanação sobre o município de Treze Tílias e uma pesquisa sobre os principais dados de seu sistema educacional. Em seguida foram analisados os orçamentos do município com foco nos recursos educacionais, apresentando os lançamentos da LOA e suas especificações.

Foram apresentados os dados do sistema educacional e orçamentário dos municípios de Água Doce e Catanduvas para efeito de análise dessas informações e posteriormente uma confrontação dos dados com os do município de Treze Tílias.

4.1 Cenário educacional no município de Treze Tílias

Treze Tílias é um município de pequeno porte do meio oeste catarinense, com população estimada no ano de 2020 em cerca de 7 mil habitantes numa área de 186.642 km², segundo o IBGE. Ainda segundo dados do órgão de pesquisa, o município apresentou o expressivo PIB *per capita* no ano de 2017 de R\$ 81.477,73. Trata-se, portanto, de um município muito próspero, o que revela uma maioria da população com condições financeiras acima da média nacional.

O município se destaca em sua economia como polo regional em agroindústria, com a presença de um grande laticínio, e um grande foco turístico devido à sua cultura de imigração austríaca cultivada em sua arquitetura e tradições. Devido a essas origens dos habitantes, a cidade de Treze Tílias usufrui de forte influência germânica, tendo como língua estrangeira ensinada nas escolas municipais, além do inglês (obrigatório ao ensino fundamental), o estudo da língua alemã.

Posto isso, passamos à análise de alguns números do cenário educacional, destacando algumas informações levantadas pelo IBGE para conhecimento de sua realidade escolar, apresentados na tabela a seguir:

Tabela 1: Cenário educacional de Treze Tílias

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	97,7%
Número de docentes no município (2018)	59 docentes
Número de creches	3
Número de estabelecimentos de ensino fundamental	2
Número de estabelecimentos de ensino médio	1
Alunos no ensino fundamental (2018)	961 estudantes
Alunos no ensino médio (2018)	133 estudantes

Fonte: IBGE (2020).

É importante destacar que Treze Tílias não tem escola da rede particular, ou seja, a educação de toda a cidade até o final do ensino fundamental é de total responsabilidade do município, trazendo assim, uma maior pressão social por um ensino de qualidade, bem como uma democratização de oportunidades.

De acordo com o aplicativo Clique Escola ² (INEP, 2020), a média de alunos por turma no ano de 2018 foi de 11,8 a 15,3 nas creches; 19,2 na pré-escola e 26,5 no ensino fundamental de 1º a 9º ano.

O aplicativo apresenta ainda uma relevante informação acerca da distorção idade-série dos estudantes, que aponta a proporção de alunos com atraso escolar nos gráficos das figuras 1 e 2:

Figura 1: Distorção idade-série em 2017



Fonte: INEP (2020)

Figura 2: Distorção idade-série em 2018



Fonte: INEP (2020)

A distorção passou por redução nesse período entre 2017 e 2018 em algumas séries analisadas, como o 3º, 5º, 7º e 9º ano. Além disso, a taxa de distorção encontra-se bem abaixo da média nacional nas séries iniciais, cerca de 18%, do ensino fundamental, e levemente abaixo da média nacional de cerca de 26% nas séries finais (INEP, 2020).

² Clique Escola é um aplicativo gratuito alimentado com informações do INEP sobre dados educacionais e financeiros das escolas, bem como notícias sobre educação. Ele é destinado à toda a comunidade.

Finalmente, em relação ao IDEB, o município apresenta um desempenho que o coloca nas primeiras posições nos rankings nacional, estadual e na micro região, conforme informações do IBGE referentes ao ano de 2017. Observa-se na figura 3 o ranking dos anos iniciais do ensino fundamental e na figura 4, dos anos finais também do ensino fundamental:

Figura 3: Ranking IDEB Anos iniciais -Treze Tílias



Fonte: IBGE (2020)

Figura 4: Ranking IDEB Anos Finais- Treze Tílias



Fonte: IBGE (2020)

Sobre a média do IDEB, o INEP afirma: “O país segue melhorando seu desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental, alcançando em 2017, um índice igual a 5,8.” Já a respeito do IDEB dos anos finais, o órgão também afirma que, apesar de o país já ter melhorado o seu desempenho, no ano de 2017 o índice nacional não atingiu a meta proposta, ficando a média do IDEB, na média de 4,7.

Observa-se que os índices de Treze Tílias foram acima da média nacional (1,5 pontos percentuais nos anos iniciais e 1,1 nos anos finais). Além disso, nos anos iniciais, o município se destacou na microrregião e no estado, ocupando posições como 8º e 12º lugares na classificação estadual de acordo com o ranking do IBGE.

O município disponibiliza transporte escolar gratuito para todos os alunos que residem na zona rural e para os que residem nos bairros, na zona urbana. São 03 ônibus de propriedade do município e 08 ônibus terceirizados. O município também conta com 04 ônibus terceirizados que fazem o transporte intermunicipal gratuito dos alunos que fazem cursos técnicos no SENAI e para as universidades da região. Soma-se, então, um total 15 ônibus atendendo o transporte escolar de Treze Tílias.

De acordo com dados fornecidos pela secretaria de educação do município em entrevista informal, a cada início de ano são entregues kits de material escolar personalizados para todos os estudantes matriculados na Pré-escola, no Ensino Fundamental I e II e na EJA, de acordo com cada faixa etária. Cada kit escolar é composto por itens como: cadernos grandes, cadernos pequenos, canetas esferográficas, régua, borracha, lápis de cor, lápis grafite, cola bastão, canetas hidrográficas coloridas, giz de cera, tinta guache, caderno de desenho, apontador, tesoura e livros de literatura para os três primeiros anos da alfabetização. Para os alunos das creches são feitas agendas para as famílias e todos os professores da rede municipal também recebem um kit escolar com: canetas esferográficas, cola para EVA, caderno espiral capa dura, fita adesiva e canetões para quadro branco.

A secretaria de educação de também informou que o município de Treze Tílias fornece os equipamentos didáticos como data show, projetores e aparelho de som para as unidades educacionais, bem como se atenta às necessidades de zelar pela ambiência das escolas, por isso todas as salas de aula das creches, da pré-escola e mais de 50% das salas da escola municipal possuem climatizadores de ar quente e frio (necessidade da região devido às variações de temperatura).

4.2 Aplicação dos recursos em educação no município de Treze Tílias

Para a apuração dos valores investidos na educação em Treze Tílias, faz-se imprescindível analisar a Lei Orçamentária Anual do município, onde podemos mensurar a proporção dos recursos que o executivo pretende aplicar em cada área.

Neste estudo foi escolhido o recorte de 2017 e 2018 para alinhar com as datas mais recentes dos dados apurados de índices educacionais disponíveis. A partir do conhecimento do teto de receitas, o município passa a traçar os valores a serem gastos por áreas.

Embora os valores de 2017 e 2018 não sejam os valores diretamente responsáveis pelos indicadores educacionais do mesmo período, eles nos retratam a forma como a gestão municipal

trata o orçamento educacional dentro do cenário do orçamento municipal, expondo uma posição da gestão frente à questão educacional.

Analisando o planejamento orçamentário para 2017, temos que: “O orçamento do Município de Treze Tílias - SC para o exercício 2017, discriminado nos anexos integrantes nesta Lei, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 28.500.000,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil reais)” (TREZE TÍLIAS (SC), 2016).

Para o referido ano, quase 29% desse total de Receitas estimadas foram destinados à Secretaria de Educação de acordo Lei 1.918 de 2016 de Treze Tílias, formando um total de R\$ 8.046.700,00.

Para o ano de 2018, a previsão de receitas do município foi de R\$ 31.760.000,00 estimada na Lei municipal 1.962 de 2017. Novamente para o ano de 2018, a estimativa próxima de 28% de destinação do valor total dos recursos para educação se manteve. Assim, o valor programado a destinar-se à Secretaria de Educação foi de R\$ 8.874.600,00 (TREZE TÍLIAS (SC), 2017).

Conforme descrito anteriormente neste estudo, a educação conta ainda com verbas de repasses definidos nos moldes constitucionais e nos programas do governo federal para propulsão em especial da educação básica.

Nas tabelas a seguir, podemos observar os valores recebidos nos anos de 2017 e 2018 de receitas adicionais para financiamento do ensino, advindas do FNDE:

Tabela 2: Liberações FNDE 2017 para Treze Tílias

REPASSES FNDE 2017	
REPASSE	VALOR
PDDE CRECHE	R\$ 6.260,00
PDDE PRÉ ESCOLA	R\$ 5.480,00
PDDE EJA	R\$ 4.040,00
PDDE ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 20.640,00
Total PDDE	R\$ 36.420,00
PNAE	R\$ 78.061,92
BRASIL CARINHOSO	R\$ 707,83
PNATE	R\$ 42.249,90
TOTAL	R\$ 121.019,65
QUOTA ESTATUAL/MUNICIPAL REPASSES	R\$ 544.840,09
TOTAL REPASSES 2017	R\$ 702.279,74

Fonte: Portal da Transparência (2020)

Tabela 3: Liberações FNDE 2018 para Treze Tílias

REPASSES FNDE 2018	
REPASSE	VALOR
PDDE CRECHE	R\$ 8.340,00
PDDE PRÉ ESCOLA	R\$ 5.280,00
PDDE EJA	R\$ 4.660,00
PDDE ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 24.640,00
PDDE QUALIDADE(ENSINO MÉDIO MAIS CULTURA)	R\$ 9.086,00
Total PDDE	R\$ 52.006,00
PNAE	R\$ 142.874,40
PNATE	R\$ 52.194,24
TOTAL	R\$ 195.068,64
QUOTA ESTATUAL/MUNICIPAL REPASSES	R\$ 639.850,57
TOTAL REPASSES 2017	R\$ 886.925,21

Fonte: Portal da Transparência (2020)

E, finalmente, para completar a análise e compreender melhor a dinâmica de orçamento e custeio da educação no município de Treze Tílias, buscamos a tabela com os valores efetivamente gastos em 2017 na área de educação, disponível no Portal da Transparência. As tabelas 4 e 5 contemplam valores tanto da educação básica (principal objeto deste estudo), como também de ensino médio (de competência fundamentalmente estadual) e até mesmo no custeio de despesa de polo universitário da cidade.

Tabela 4: Gastos diretos por projetos 2017- Treze Tílias

Função	Projeto Atividade	Pago (R\$)
Educação	2011 - Transporte Escola Ensino Fundamental	570.540,94
Educação	2012 - Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental	283.201,67
Educação	2013 - Manutenção do Polo Verdes Vales	126.785,65
Educação	2014 - Transporte Escolar Ensino Médio e Superior	562.555,67
Educação	2026 - Despesas com APAE	118.137,07
Educação	2051 - Merenda Escolar - EJA - Ensino Fundamental	1.670,71
Educação	2055 - Despesas Salário Educação	145.450,46
Educação	2200 - Ensino Infantil - Fundeb	2.214.613,84
Educação	2201 - Ensino Infantil Recursos Próprios	776.635,27
Educação	2202 - Ensino Fundamental - Fundeb	2.825.637,91
Educação	2203 - Ensino Fundamental - Próprios	974.214,19
Educação	2204 - Merenda Ensino Infantil	123.466,06
Educação	2205 - Merenda Escolar - Ensino Fundamental	105.524,65

Fonte: Portal da Transparência (2020)

Ressalta-se nesse cenário a importância dos repasses do Fundeb, que constituíram um valor expressivo no montante total de recursos utilizados, totalizando a porcentagem de 57% desses recursos.

Neste mesmo ano de 2017, o município investiu um total de R\$ 98.150,00 nos kits escolares e mais R\$ 46.706,30 em material didático Sefe (Sistema de Ensino Família e Escola) para a pré-escola. Esse material é complementar e vem sendo utilizado em projetos educacionais que auxiliam o desenvolvimento emocional das crianças e também na alfabetização.

Importante também destacar o valor utilizado para compra de uniformes em 2017, que totalizou o montante de R\$ 98.150,00. Esse kit é composto por camiseta, calça e moletom para todos os alunos da rede municipal, desde a creche até o ensino fundamental.

Já no ano de 2018, o município reduziu os gastos com transporte escolar pela metade, numa mudança de logística que alterou as rotas dos ônibus escolares, no entanto, aumentou consideravelmente as Despesas Salário Educação e iniciou a construção para ampliação da escola de ensino fundamental Filomena Rabelo, conforme se apresenta na tabela 5:

Tabela 5: Gastos diretos por projetos 2018- Treze Tílias

Função	Projeto Atividade	Pago (R\$)
Educação	2011 - Transporte escola Ensino Fundamental	245.454,87
Educação	2012 - Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental	215.025,90
Educação	2013 - Manutenção do Polo Verdes Vales	95.857,65
Educação	2014 - Transporte Escolar do Ensino Médio e Superior	589.844,00
Educação	2026 - Apoio ao Ensino Especial	88.287,88
Educação	2051 - Merenda Escolar - EJA - Ensino Fundamental	2.553,56
Educação	2052 - Merenda Escolar - AEE	2.000,00
Educação	2055 - Despesas Salário Educação	502.473,15
Educação	1101 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares de Ensino Fundamental	41.143,00
Educação	1102 - Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares de Educação Infantil	18.886,56
Educação	2200 - ENSINO INFANTIL - FUNDEB	2.944.305,43
Educação	2201 - Educação Infantil - Recursos Próprios	946.125,45
Educação	2202 - Ensino Fundamental - FUNDEB	2.857.548,36
Educação	2203 - Ensino Fundamental - Recursos Próprios	1.091.920,79
Educação	2204 - Merenda Escolar - Educação Infantil	137.063,47
Educação	2205 - Merenda Escolar - Ensino Fundamental	128.955,88

Fonte: Portal da Transparência (2020)

Para este ano de 2018 a prefeitura investiu um total de R\$ 123.500,00 em kits escolares e R\$ 116.018,36 em uniformes.

4.3 Cenário educacional e aplicação de recursos em Catanduva e Água Doce

O município de Água Doce (SC) tem uma população aproximada de 7 mil habitantes e uma área de 1.313.014 km², o que confere a esse município o título de 5º maior do estado em termos de extensão territorial (IBGE, 2020).

O município de Catanduvras (SC), por sua vez, apresenta uma população um pouco maior, cerca de 10 mil habitantes distribuídos numa área de 198.000 km², segundo o IBGE.

No âmbito educacional, temos o seguinte cenário em Água Doce, segundo o IBGE (2020):

Tabela 6: Cenário educacional de Água Doce

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	97,9%
Número de docentes no município (2018)	97 docentes
Número de creches	1
Número de estabelecimentos de ensino fundamental	8
Número de estabelecimentos de ensino médio	2
Alunos no ensino fundamental (2018)	889 estudantes
Alunos no ensino médio (2018)	308 estudantes

Fonte: IBGE (2020)

Já para Catanduvas, o cenário educacional tem a seguinte configuração de acordo com o IBGE (2020)

Tabela 7: Cenário educacional de Catanduvas

Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	96,2 %
Número de docentes no município (2018)	129 docentes
Número de creches	5
Número de estabelecimentos de ensino fundamental	6
Número de estabelecimentos de ensino médio	2
Matrículas no ensino fundamental (2018)	1431 estudantes
Matrículas no ensino médio (2018)	301 estudantes

Fonte: IBGE (2020).

Água Doce possui 3 escolas privadas, que atendem os alunos do ensino fundamental anos finais. Catanduvas possui 1 creche privada e 4 escolas particulares de ensino fundamental, sendo duas que atendem anos iniciais e 2 anos finais (IBGE, 2020).

Em relação à lotação em sala de aula, os dados do Aplicativo Clique Escola nos trazem as seguintes médias de alunos por sala em Água Doce: 20,7 nas creches, 23,8 no ensino fundamental anos iniciais e 27,5 no ensino fundamental anos finais (INEP, 2020).

Em Catanduvas, os números apurados pelo INEP trazem a seguinte média de alunos por sala: 15,4 nas creches e 14,6 nas turmas de ensino fundamental anos iniciais e 27,7 nas turmas de ensino fundamental anos finais. É importante ressaltar que as escolas de responsabilidade do município não possuem turmas de ensino fundamental anos finais, contemplando apenas turmas até o 5º ano.

As médias registradas em ambos os municípios demonstram que as salas de aula se apresentaram mais cheias, em média, do que as salas do município de Treze Tílias, e isso pode ser tanto pela estrutura das escolas e organização das salas, como também pelo fato de Água Doce e Catanduvas apresentarem um número maior de estudantes.

Catanduvas conta com 13 ônibus (4 próprios e 9 terceirizados), e oferta o transporte escolar para todos os alunos que estudam dentro do município, bem como aqueles que se deslocam para municípios próximos para estudar em escola técnica ou faculdade.

O transporte escolar em Água Doce é que mais demanda em termos de recursos devido a extensão territorial do município, utilizando um total de 28 ônibus, sendo 11 próprios e 17 terceirizados, contemplando também o transporte para os estudantes dentro do município e intermunicipal.

Em relação à entrega de material escolar, foi apurado junto às informações disponíveis pelos municípios que ambos fornecem o material básico aos alunos, composto por lápis, borracha, lápis de cor, apontadores, cadernos e demais materiais de uso diário. Água Doce, no entanto, informou que esse material não é distribuído a todos (como é feito em Treze Tílias e Catanduvas), pois muitos alunos já trazem o material comprado de casa, então é feita a entrega aos alunos que solicitam junto à escola.

Em relação aos uniformes, Catanduvas informou que, assim como Treze Tílias, faz a distribuição regularmente de kits completos de uniforme a todos os alunos da rede municipal. Água Doce, por sua vez, não tem essa prática em sua pauta de política educacional e não faz a entrega de uniformes aos alunos.

Finalmente, em relação ao IDEB, foram apurados os dados e o ranking de Água Doce referentes a 2017, sendo a figura 5 referente aos anos iniciais do ensino fundamental e a figura 6, referente aos anos finais do ensino fundamental:

Figura 5: Ranking IDEB Anos Iniciais –Água Doce

Fonte: IBGE (2020)

Figura 6: Ranking IDEB Anos Finais –Água Doce

Fonte: IBGE (2020)

Como é possível observar, o IDEB deste município encontra-se acima da média no indicador do ensino fundamental anos iniciais, estando em 13º colocado na micro região, e, abaixo da média nos anos finais, estando em 22º colocado entre 27 municípios.

O IDEB de Catanduvás apresenta as menores notas entre os três municípios citados neste trabalho, mas vale ressaltar que o indicador do ensino fundamental anos finais não reflete diretamente a qualidade do ensino na rede municipal, pois o município de Catanduvás contempla o ensino fundamental apenas até o 5º ano.

Figura 7: Ranking IDEB Anos Iniciais –Catanduvras**Figura 8:** Ranking IDEB Anos Finais –Catanduvras

Fonte: IBGE (2020)



Fonte: IBGE (2020)

No âmbito da gestão orçamentária, foram apurados os seguintes valores estimados de Receita para os municípios, segundo as Leis 2.453C/16 e 2.519/17 de Água Doce 2.555/16 e 2.607/17 de Catanduvras :

Tabela 8: Receitas estimadas de Água Doce e Catanduvras para 2017 e 2018

Receita de Água Doce para 2017	R\$ 24.073.914,53
Receita de Água Doce para 2018	R\$ 31.289.303,52
Receita de Catanduvras para 2017	R\$ 34.500.000,00
Receita de Catanduvras para 2018	R\$ 30.640.000,00

Fonte: Água Doce, Catanduvras (2020).

Para o ano de 2017, Água Doce destinou 19% da receita total estimada do município para a Secretaria de Educação, somando R\$ 5.656.979,78 (ressalta-se aqui que o percentual mínimo

exigido de 25% é somente sobre os impostos e transferências constitucionais e não sobre o valor total bruto, logo, esse percentual está coerente com a legislação) . Para 2018, o percentual do valor total foi de aproximadamente 25 %, resultando em R\$ 6.149.068,89.

Catanduvas destinou aproximadamente 29% do valor total de receitas para a educação, resultando em R\$ 10.239.800,00 para o ano de 2017 e cerca de 32% para o ano seguinte, 2018, somando o montante de R\$ 9.900.090,00.

Para complementar a análise, consideramos também os valores recebidos pelos municípios em questão de repasses pelo FNDE no ano de 2017, conforme tabelas a seguir:

Tabela 9: Liberações FNDE 2017 para Água Doce

REPASSES FNDE 2017	
REPASSE	VALOR
PDDE CRECHE	R\$ 13.900,00
PDDE PRÉ ESCOLA	R\$ 6.530,00
PDDE EJA	R\$ 3.400,00
PDDE ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 39.980,00
PDDE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	R\$ 8.160,00
PDDE PROJETO EDUCAÇÃO RURAL	R\$ 3.890,00
Total PDDE	R\$ 75.860,00
PNAE	R\$ 99.036,00
PNATE	R\$ 88.949,68
TOTAL	R\$ 187.985,68
PROGRAMACAMINHOS DA ESCOLA	R\$ 242.100,00
PROGRAMA PROINFÂNCIA (CONRUÇÃO DE CRECHES)	R\$ 312.283,53
QUOTA ESTATUAL/MUNICIPAL REPASSES	R\$ 391.205,52
TOTAL REPASSES 2017	R\$ 1.209.434,73

Fonte: Portal da Transparência (2020).

Tabela 10: Liberações FNDE 2017 para Catanduvras

REPASSES FNDE 2017	
REPASSE	VALOR
PDDE CRECHE	R\$ 5.400,00
PDDE PRÉ ESCOLA	R\$ 11.340,00
PDDE ENSINO FUNDAMENTAL	R\$ 51.150,00
PDDE ESTRUTURA (SANEAMENTO NO CAMPO)	R\$ 20.000,00
Total PDDE	R\$ 87.890,00
PNAE	R\$ 127.699,00
BRASIL CARINHOSO	R\$ 378,20
PNATE	R\$ 38.807,31
TOTAL	R\$ 166.884,51
QUOTA ESTATUAL/MUNICIPAL REPASSES	R\$ 538.783,33
TOTAL REPASSES 2017	R\$ 793.557,84

Fonte: Portal da Transparência (2020)

A partir das informações coletadas, pode-se então passar à análise em relação à aplicação dos recursos no município de Treze Tílias e a qualidade de ensino, considerando os aspectos orçamentários, os repasses constitucionais do governo federal através de programas e as informações coletadas dos municípios de Água Doce e Catanduvras, utilizados como parâmetro.

4.4 Análise comparativa entre os cenários educacionais

Em face dos dados apresentados, nota-se que Treze Tílias apresenta uma estrutura muito bem sustentada para conduzir a educação no município. Em relação ao transporte escolar, o município fornece a condução a todos os estudantes, bem como uniforme completo e o kit de materiais básicos.

O município de Catanduvras segue na mesma linha, fornecendo também uma estrutura completa aos estudantes, fornecendo os kits de materiais, uniformes e transporte aos alunos.

O município de Água Doce, por sua vez, apesar de fornecer transporte a todos os alunos, se limita no fornecimento de kits de materiais escolares aos alunos que solicitam o mesmo, e não fornece uniformes as estudantes.

Aqui podemos identificar que Água Doce tem o foco restrito ao que a Constituição do Brasil (1988) em seu artigo 288 determina como obrigação do estado no que se refere ao contexto educacional: transporte, alimentação e material escolar (apenas aos alunos carentes que venham a solicitar), não fornecendo além do que é exigido por lei.

No entanto, ao analisarmos os números em termos de orçamento dos anos de 2017 e 2018; e programas de repasses do governo federal de 2017, é possível observar que os três municípios

apresentam orçamentos muito próximos, e que de fato, o município de Água Doce destinou muito menos recursos para educação na LOA em comparação à Treze Tílias e Catanduvras, o que repercutiu sim em menor abrangência de recursos para os alunos quando comparado aos demais municípios analisados neste estudo.

Mesmo diante desse cenário encontrado em Água Doce, foi importante observar que o IDEB do município em 2017 esteve abaixo do IDEB mensurado no mesmo período em Treze Tílias, no entanto, acima do encontrado Catanduvras, também em 2017.

Nesse ponto, podemos inferir que a ordem de classificação no IDEB dos 3 municípios aqui pesquisados, confirmou maior destaque de Treze Tílias no ranking do ensino fundamental tanto dos anos iniciais, quanto dos anos finais, seguido de Água Doce e finalmente, Catanduvras.

Ao observar esse resultado juntamente com a questão orçamentária, podemos refutar a hipótese então levantada de que o orçamento mais robusto, ou seja, mais recursos em si, aumentaria a qualidade educacional mensurada nos índices nacionais. Essas constatações, por outro lado, reforçam a afirmação de Diaz (2012), que afirma que maiores gastos não necessariamente são acompanhados de aumento na qualidade da educação.

Nesse aspecto, a maior explicação para se compreender como o município de Treze Tílias consegue reunir tantos fatores de destaque na educação em termos de estrutura e IDEB, é perceber que mesmo os recursos sendo parecidos e a população a ser beneficiada, proporcionalmente semelhante, o fator de diferenciação é gestão do recurso público em si, e não apenas a disponibilização do recurso como imaginado inicialmente.

Assim, constatou-se que mesmo diante de valores equivalentes de recursos disponibilizados, Treze Tílias consegue destacar-se pela boa gestão financeira e priorização da educação como área de investimento, dedicando mais do que apenas o exigido em lei (Catanduvras também demonstrou atuação semelhante) e um conjunto de fatores que elevam o seu cenário educacional a um status de maior destaque perante ao comumente encontrado na esfera pública.

A grande diferença em termos econômicos entre os três municípios e que foi um elemento completamente inesperado da pesquisa, é que o PIB *per capita* dos habitantes de Treze Tílias em 2017 é expressivamente maior que o de Água Doce e Catanduvras para o mesmo ano, chegando a ser o dobro que o PIB *per capita* de ambas as cidades.

Esse cenário econômico é um forte indício de confirmação do que foi trazido a respeito da igualdade de oportunidades que a educação pública oferece e da transformação social que ocorre quando se tem uma comunidade em que os estudantes partilham das mesmas escolas e recebem, portanto, os mesmos estímulos e estão diante das mesmas oportunidades.

Isso se percebe no cenário de Treze Tílias, que não tem nenhuma escola particular, e portanto, oferece as mesmas condições de ensino aos seus cidadãos de diferentes classes sociais, enquanto que, Água Doce conta com 3 e Catanduvas com 4 estabelecimentos privados de ensino, dando margem à diferenciação de acesso ao ensino pela população.

A partir dos dados coletados e das análises realizadas, passamos então às conclusões e considerações finais deste estudo de caso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar casos de sucesso na educação pública no Brasil, certamente traz a esperança de construir uma sociedade mais igualitária, menos violenta e mais próspera. Muito se expõe sobre as situações de descaso do poder público, desvios de verbas públicas (principalmente valores destinados à merenda escolar) e sobre o baixo aproveitamento escolar.

Na contramão desse processo, buscamos neste trabalho conhecer melhor sobre o processo educacional de Treze Tílias- SC, que apresenta uma notoriedade entre os cidadãos e na região em que se insere. Para isso, nos propusemos a identificar, através de um estudo de caso, se há uma relação entre a aplicação dos recursos financeiros e os índices educacionais do município.

O estudo realizado caracterizou o cenário educacional e a aplicação de recursos do município. Assim, algumas informações confirmaram a hipótese inicial de que o município de Treze Tílias apresenta um arcabouço diferenciado do que se observa geralmente na rede pública de suporte aos estudantes municipais.

Os dados nos remetem a um cenário de boa infraestrutura educacional com fornecimento de transporte, uniformes e material escolar a todos os estudantes da rede municipal, além de salas de aula bem distribuídas, inclusive algumas com aparelhos climatizadores.

Isso de certo modo contribui com a qualidade observada da educação oferecida e o aproveitamento escolar dos alunos, mensurado nos números obtidos através do IDEB dos anos estudados (2017 e 2018).

A coleta de dados permitiu observar que o IDEB do município esteve entre 2º e 4º lugar na microrregião e 8º e 12º do estado. Quando se traz os números para o contexto do município, que não conta com instituição privada de ensino, podemos confirmar que esse resultado é ainda mais expressivo e provavelmente, fruto de um forte compromisso com a educação pública.

Cabe ressaltar que existem muitos outros fatores intrínsecos ao processo educacional em si e que não foram foco de estudo deste trabalho, mas podem vir a ser analisados futuramente por outros pesquisadores a fim de se confirmar as teses aqui defendidas. Uma sugestão levantada nesse ponto, é que futuras pesquisas possam se dedicar a analisar fatores intrínsecos ao processo educacional, como grade curricular e metodologias de ensino para identificar e relacionar os fatores, como o IDEB e a didática aplicada no ensino de Treze Tílias.

No entanto, com os dados coletados e com a observação apurada no presente estudo, constatamos de fato que o município de Treze Tílias apresenta um cenário educacional de

destaque, que pode ser reflexo de uma estrutura bem organizada de ensino que reflete em um comprometimento maior dos estudantes e da comunidade.

Buscou-se caracterizar o cenário e a aplicação de recursos em educação nos municípios de Água Doce e Catanduvas, para realizar uma análise comparativa entre esses municípios de perfil populacional semelhante na mesma região geográfica.

Nesse ponto, foi possível checar os orçamentos e observar que mesmo havendo poucas diferenças de montante entre os municípios, a destinação dos valores teve diferenças, principalmente entre Água Doce e os demais municípios, que arcaram com mais despesas na esfera educacional.

A destinação dos recursos em educação em Treze Tílias, também deve ser observada pelo contexto de demanda, pois a cidade não conta com instituição privada de ensino para “reforçar” o quadro educacional. Isso ainda reflete numa equidade de oportunidades aos cidadãos, pois nesse cenário, os estudantes de classe baixa, média e alta receberão os mesmos conteúdos e recursos e, portanto, acessando nesse aspecto as mesmas oportunidades.

Esse modelo de gestão de recursos para a educação de Treze Tílias, com certeza é um ótimo referencial de sucesso nas boas práticas de gestão das finanças públicas, pois faz além do que é exigido legalmente e promove bons resultados em termos de aproveitamento escolar.

Assim, espera-se que o presente estudo de caso possa ser utilizado para demais pesquisas sobre o assunto. Mas, espera-se principalmente, que, a população, tendo posse dessas informações que demonstram que é possível realizar uma boa gestão pública dos recursos para educação e que isso tende a gerar maior qualidade na educação pública, possa realmente pressionar seus representantes no sentido de também entregar o mesmo padrão de cenário educacional em seus municípios.

REFERÊNCIAS

ÁGUA DOCE. **Lei Municipal 2.453 de 2016**. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/a/agua-doce/lei-ordinaria/2016/245/2453/lei-ordinaria-n-2453-2016-dispoe-sobre-a-lei-orcamentaria-anual-do-municipio-de-agua-doce-estado-de-santa-catarina-que-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-para-o-exercicio-de-2017-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

_____. **Lei 2.519 de 2017**. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2018 e dá outras providências. Disponível em <<http://www.legislacaomunicipal.com/gedocnet/redacoes/82939398000190/consolidadas/Lei02929.html>>. Acesso em 26 de outubro de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de agosto de 2020

_____. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em 28 de novembro de 2020.

_____. **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 08 de agosto de 2020.

_____. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-069/main.faces>. Acesso em: 06 de setembro de 2020.

CASTRO, M. H. G. de. **Sistemas De Avaliação Da Educação No Brasil**: avanços e novos desafios. 2009. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v23n01/v23n01_01.pdf. Acesso em 18 de agosto de 2020.

CATANDUVAS. **Lei 2.555 de 2016**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

_____. **Lei 2.607 de 2017**. Disponível em: Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 07 de agosto de 2020.

COELHO, P. G. T. et. al. **Educação Municipal de Qualidade**: princípios de gestão estratégica para secretários e equipes. Editora Moderna, 2014. Disponível em: <https://www.comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2015/06/EducacaoMunicipaldeQualidade.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2020.

CREPALDI, S. A. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

CRUZ, R. E. da. **Os recursos federais para o financiamento da educação básica**. Revista de Financiamento da Educação. Porto Alegre, v.2, n. 7, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/viewFile/51383/31837>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

CUNHA, A. **Planejamento, Orçamento e Controle**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

DAGNINO, R. P. **Planejamento Estratégico Governamental**. 3 ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2014.

DIAZ, M. D. M. **Qualidade do gasto público municipal em ensino fundamental no Brasil**. Rev. Econ. Polit. Vol. 32 n 1. São Paulo: 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572012000100008. Acesso em 27 de agosto de 2020.

FNDE. **Liberações: consultas gerais**. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.LIBERACOES_01_PC?p_ano=2018&p_programa=&p_uf=SC&p_municipio=421850. Acesso em 05 de setembro de 2020.
GOLDEMBERG, J.

_____. **O repensar da educação no Brasil**. Estud. av. vol.7 n.18. São Paulo, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004&lang=pt. Acesso em 11 de agosto de 2020.

GUSMÃO, J.B.B. de. **Qualidade da educação no Brasil: consenso e diversidade de significados**. São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22062010-135357/publico/JOANA_BORGES_BUARQUE_DE_GUSMAO.pdf. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

IBGE. **Portal Cidades@**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

INEP. **Indicadores educacionais**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

LOPES, N. et. al. **Orçamento Público e Educação**: Um estudo da cobertura de revistas e jornais brasileiros sobre os recursos públicos destinados às políticas educacionais. Brasília: Andi, 2007.

Disponível em:

[file:///C:/Users/Everaldo/Downloads/orcamento%20publico%20e%20educac_1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Everaldo/Downloads/orcamento%20publico%20e%20educac_1%20(1).pdf).

Acesso em 12 de agosto de 2020.

MEC. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em:

<https://www.fnde.gov.br>. Acesso em 24 de abril de 2020.

_____. **Clique Escola**. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/apps/clique-escola>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

PINO, A. **Violência, educação e sociedade: Um olhar sobre o Brasil contemporâneo**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 763-785, out. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a0728100.pdf>, Acesso em: 28 de novembro de 2020.

SANTOS, M. P. G. dos. **O estado e os problemas contemporâneos**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2014.

SIQUEIRA, J.C. et. al. **Processo de Elaboração do Orçamento Público Municipal**. s.l. s.d. Disponível em:

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/processo_de_elaboracao_do_orcamento_publico_municipal.pdf. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

TREZE TILIAS. **Lei 1.918 de 07 de setembro de 2016**. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/t/treze-tilias/lei-ordinaria/2016/192/1918/lei-ordinaria-n-1918-2016-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-de-treze-tilias-sc-para-o-exercicio-de-2017?q=or%C3%A7amento+2016>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

_____. **Lei 1.962 de 13 de novembro de 2017**. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/sc/t/treze-tilias/lei-ordinaria/2017/197/1962/lei-ordinaria-n-1962-2017-estima-a-receita-e-fixa-a-despesa-do-municipio-de-treze-tilias-sc-para-o-exercicio-de-2018-e-da-outras-providencias?q=or%C3%A7amento+2017>. Acesso em 03 de agosto de 2020.

VILLARDI, R. **Metodologia científica para construção do TCC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração**. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 2015.